

Exercícios de Processo Penal

Inquérito policial

Prof. Elisa Pittaro

1ª Questão: TÍCIO, denunciado pelo M.P. por crime de falsificação de documento público, devidamente citado, compareceu a juízo e, durante o interrogatório, invocou o seu direito de calar-se. O magistrado, atendendo a cota da denúncia, determinou o comparecimento do réu ao Instituto de Criminalística para a realização de perícia grafotécnica. Encontra respaldo a determinação judicial? O silêncio do réu poderá constituir elemento para a formação da convicção do juiz ?

2ª Questão: Instaurado determinado inquérito policial, vem a ser prematuramente arquivado, muito embora já contasse com mais do que razoável quadro para imediata propositura da ação penal. Inconformado, MÉVIO, delegado que fora encarregado das investigações, decide dar início a novo inquérito policial, ainda que com idêntico objetivo, é dizer, investigar os mesmos fatos que originaram a deflagração daquele primeiro feito. Ocorre que o indiciado contesta a atitude de MÉVIO, alegando inclusive que toda e qualquer iniciativa deveria partir da autoridade judiciária que decidira pelo arquivamento. Pergunta-se:

Está correta a providência adotada pela autoridade policial?

A quem se confere legitimidade para desarquivar autos de inquérito policial?

Em sendo efetivamente desarquivado o referido inquérito policial, poderia ser deflagrada, de imediato, ação penal?

3ª Questão: Arquivados os autos de um inquérito policial a requerimento do Ministério Público, a vítima, posteriormente, requer em Juízo a juntada de vários documentos, que constituem provas novas e seguras da autoria, materialidade e demais circunstâncias do delito. O pedido é deferido pelo Juiz, que manda retirar os autos do arquivo e a eles juntar os documentos trazidos pelo ofendido, dando-se vista ao Promotor de Justiça em exercício na Vara Criminal. Este sustenta tratar-se de desarquivamento, para o que não teria atribuição, requerendo a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça. Correto, a seu ver, o posicionamento do Promotor de Justiça? RESPOSTA JUSTIFICADA.

4ª Questão: É possível surgir conflito de atribuição entre órgão do Ministério Público após a instauração do processo? Esclareça qual o critério para detectar a natureza do conflito de atribuição, distinguindo-o do conflito de competência.